

# VIVER EM REDE

**JOÃO CARAÇA**

**Fundação Calouste Gulbenkian, Director do Serviço de Ciência**

**Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG/UTL)**

**Professor Catedrático Convidado**

**jcaraca@gulbenkian.pt**

## **Resumo:**

O conjunto de mudanças experimentadas a todos os níveis, do económico ao político, do social ao cultural – e que se foi chamando de 'globalização' por uns, de 'sociedade de informação' por outros, ou mesmo de 'novo paradigma da comunicação' por outros ainda – foi muito poderoso e provocou uma alteração do contexto em que se desenvolvem as sociedades humanas. Este problema é sentido de modo particularmente agudo na área do conhecimento e dos saberes que o constituem. As disciplinas terão que se redefinir, reinterpretando as noções de objecto, de vizinhança e de limites. As redes incluem e excluem, simultaneamente, e o caminhar para um mundo mais fragmentado, ou mais cooperativo, continua como uma questão em aberto.

**Palavras-chave:** globalização; conhecimento disciplinar; comunicação; redes

O século XXI começou da pior maneira. Ou talvez tivesse que ser assim: sem o horror e a tragédia que todos presenciámos não nos teríamos porventura apercebido da sua entrada em cena, julgando ainda que continuávamos sob a ordem do século passado.

De facto, o conjunto das mudanças experimentadas a todos os níveis, do económico ao político, do social ao cultural – e a que se foi chamando de «globalização» por uns, de «sociedade da informação» por outros, de «novo paradigma da comunicação» por outros ainda – foi de tal maneira poderoso que provocou uma alteração do contexto em que se desenvolvem as actividades humanas. A esta alteração associou-se a noção da finitude da Terra e da capacidade limitada de regeneração da natureza. Ou seja, percebemos que somos inerentemente um sistema complexo, isto é, um sistema cujo desempenho depende da evolução do contexto que lhe serve de suporte – e não sabemos onde termina o nosso sistema e começa o contexto, e vice-versa.

Naturalmente, este problema é sentido de modo particularmente agudo na área da teoria do conhecimento e dos saberes que o constituem. Não havendo uma referência absoluta, nem uma visão divina directora, as várias disciplinas terão que se redefinir, reinterpretando as noções de objecto, de vizinhança e de limites no que toca aos respectivos domínios de aplicação.

A importância dos investimentos de natureza intangível tornou-se tão central que impeliu, inclusivamente, a emergência de um novo regime dos saberes, em rede. A nova organização afirma uma situação em que se não aceita qualquer tipo de hierarquia entre campos cognitivos. O regime reticular traduz de modo mais adequado a fragmentação da

ordem e a multipolaridade dos poderes que regem os tempos presentes. Na realidade, cada época cria os seus modelos e organiza os saberes de acordo com o contexto societal que lhes serve de suporte.

Com a emergência de novos sectores na indústria e nos serviços, baseados em modernas tecnologias da informação, e com o peso crescente do investimento imaterial ou intangível na economia (I&D, software, educação e formação, marketing, design), tornou-se claro que a própria natureza dos processos reguladores societais se modificou, e profundamente. De facto, o processo básico comunicacional não é uma «troca», mas sim uma «partilha». Depois de uma «transacção de informação», ambas as partes detêm a informação que foi objecto da transacção, desde que, naturalmente, a capacidade do receptor seja adequada. O que implica que o valor económico associado a tal transacção deva, agora, ser equacionado de um modo totalmente diferente.

Não que as sociedades avançadas se estejam a «desmaterializar» – muito pelo contrário: a utilização e o consumo de recursos energéticos e materiais intensifica-se cada vez mais. Mas, para que essa materialização se mantenha e amplifique num espaço muito alargado de operação, para que continue esse império da «acção», torna-se agora necessário que surja uma forte actividade imaterial, uma intensificação da «comunicação», que venha criar condições de coesão institucional a nível global para permitir o acréscimo da acumulação material. Sem este incremento da comunicação, a materialização das sociedades avançadas encontrar-se-ia seriamente limitada. Isto é, o paradigma do progresso é agora reinterpretado em termos de uma nova visão do mundo, onde impera a complexidade, ela própria indiciadora da emergência de uma nova situação.

Uma nova situação caracterizada por palavras-chave, sistemáticas e omnipresentes, que importa entender. Não são palavras novas, mas todas elas assumem, agora, um sentido novo, que as torna dignas de apreciação.

São elas: o “global”, o “conhecimento”, a “governança” (em inglês, *governance*). Estas três palavras, tão inofensivas se colocadas entre aspas, tornam-se contudo verdadeiros instrumentos de mudança se colocadas em oposição às três palavras que vieram substituir. Respectivamente: “universal”, “ciência”, “governo”.

De facto, o que nos interessa perceber é a essência dos conflitos que nos trazem as oposições: global/ universal; conhecimento/ ciência; governança/ governo.

É por este motivo que a época presente é uma transição. De um mundo onde, durante mais de dois séculos, imperaram os conceitos de universal, de ciência e de governo (do estado-nação), passámos quase sem dar por isso ao mundo global, das economias do conhecimento e da sua governança.

Mas não há mudanças inocentes. O global opõe-se ao universal, o conhecimento à ciência, a governança à governação através de governos nacionais. Para o bem, e para o mal.

Durante dois séculos gozámos o reino do universal. Possuíamos direitos imutáveis, eternos, sagrados, pelo simples facto de termos nascido. Todos «os homens [e mulheres] nascem e permanecem livres e iguais em direitos» proclama uma das maiores conquistas da história da humanidade – a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1789. Esses direitos, liberdades e garantias são anteriores e superiores ao Estado; são adquiridos, permanentes e invioláveis. Para, inclusivamente, proteger os cidadãos dos abusos do Estado, viu este os seus poderes limitados e divididos em executivo, legislativo e judicial. A soberania reside, desde então, no povo.

Vejamos o que o global veio introduzir. No império do global não há direitos adquiridos, há contratos, ou seja, há direitos negociados. O lugar do indivíduo (do consumidor, ou do produtor) tem que ser conquistado, a pulso, no mercado, o seu desempenho tem que ser rentabilizado, a sua utilidade demonstrada. Há necessidade de uma contínua negociação, rentabilização, competição. As pessoas são dispensáveis, só interessam como função – de consumir, ou de produzir –, isto é, tornam-se verdadeiramente recursos: os recursos humanos!

E até se inventou uma expressão “bonita” para denominar a necessidade de reciclagem dos recursos humanos (sem a qual esses recursos não têm valor para o mercado): a educação ao longo da vida. Quem não é rentável não existe, não conta para o mundo global. Pode ser eliminado, pois não tem qualquer utilidade económica. Torna-se um peso para a sociedade globalizada e eficiente que, no limite, o despreza.

Durante três séculos a ciência foi considerada como uma maneira essencial de gerar uma mais correcta visão do mundo. A ciência moderna chegou, inclusivamente, no auge da crença no progresso e no positivismo, a ser considerada como o critério de verdade para o conhecimento. Ou seja, todo o conhecimento verdadeiro era, ou tenderia a ser, científico.

O sucesso da ciência foi tal que originou o desenvolvimento de poderosas e eficientes tecnologias que estiveram na base do crescimento económico dos países avançados nos últimos cinquenta anos. A ciência está na base da criação dos sectores industriais do aeroespacial, dos computadores, das telecomunicações, das biotecnologias. Que foram instrumentais na globalização das finanças, dos seguros, do imobiliário, dos transportes, dos media.

Mas o êxito da globalização dos novos serviços suplantou tudo e todos – e requereu todo um conjunto de saberes (jurídicos, organizacionais, de marketing, de software, de design, de formação) – que não são propriamente científicos ou tecnológicos. E, assim, a década de 1990 foi invadida, nos documentos programáticos, pela palavra *conhecimento*

(*knowledge*), palavra com um novo sentido específico, que foi destronando e substituindo a palavra *ciência*, até então reinante.

Passou-se a falar de economia do conhecimento, ou de economias baseadas no conhecimento, de sociedade do conhecimento (ou da informação), de gestão do conhecimento e mesmo da necessidade de políticas do conhecimento. Ou seja, a nova palavra conhecimento e o seu império vieram destronar a ciência, a partir de então uma mera vassala do imperador global, fiel apenas na medida em que gera filhos rentáveis, tecnológicos.

Igualmente, durante três séculos, o estado-nação (e o equilíbrio entre Estados soberanos) constituiu a pedra angular da ordem estabelecida em Vestefália, que estabilizou a Europa, e depois foi por esta exportado para os diversos cantos do mundo. Os governos eram os seus representantes legítimos e os responsáveis morais pela segurança e bem-estar internos e pela condução dos negócios estrangeiros.

Mas a realização crescente de negócios em mercados externos – a criação de mercados globais – bem como a propaganda no sentido de liberalizar os mercados nacionais, de os desregulamentar e de privatizar as empresas públicas rentáveis, levaram a uma retirada progressiva dos governos nacionais da esfera da economia. E veio privilegiar, na esfera do político, as acções de governança, isto é, a influência política de actores (económicos ou políticos) externos.

A governança é a imagem (política) da globalização (económica). O estatuto dos governos, de garantes e responsáveis pela soberania, foi sendo progressivamente erodido com o espriar da governança.

Todos estes factos mostram como o mundo, e a nossa sociedade com ele, estão em transição. E, do mesmo modo, como se torna imprescindível compreender o sentido profundo destas mudanças, para podermos garantir que o caminho que percorremos é aquele que nos leva onde queremos ir.

A emergência de um mundo de viver em rede implica a definição de novos comportamentos consequentes.

Em primeiro lugar, temos que reconhecer que, assim como os hábitos de leitura e de referenciação se alteraram com a aproximação do século das Luzes, é muito natural que a introdução dos media electrónicos, combinando texto e imagem, vá transformando nos tempos que correm o modo como se acedem, como se consultam, como se pesquisam os registos do conhecimento existente. O sistema de busca electrónica da informação, que por enquanto ainda não se encontra completamente desenvolvido e acabado, poderá tornar-se, afinal, tão “natural” como o alfabético!

Só que vai ser preciso, nos sistemas de educação, transformá-los para que se aprenda também eficazmente a ler e a escrever na internet. A sociedade que o não fizer, que não acompanhar e transformar o sentido do que é educar no século XXI, acolhendo e assumindo esta mudança,

fica irremediavelmente no século passado, envolta nos seus extremos e nas suas angústias existenciais.

Segundo, temos que redescobrir que o bem-estar e a dignidade em sociedade passam impreterivelmente pelo pleno exercício da cidadania, pela afirmação do valor do outro, sem dúvida, mas também pelo seu papel insubstituível de produtor e transmissor de conhecimento.

Não há soluções globais que não sejam colectivas, partilhadas, aceites e operacionalizadas por todos. O direito à diferença não pode levar a que se criem diversos tipos de cidadania, do mais educado ao menos educado, sugerindo uma nova estratificação social. O acesso de todos à educação e à informação tem que ser uma arma da solidariedade e da tolerância ou, de outro modo, esconde uma tentativa de regresso a um passado de arbítrio dos poderes constituídos sobre (alguns) cidadãos: os que são menos iguais do que os outros.

Finalmente, vamos ter que pensar um regime de serviço público, de certificação do conhecimento disponível, para a informação. A primeira Enciclopédia, mais tarde as bibliotecas públicas, mais recentemente ainda o serviço público de radiodifusão e das televisões, foram tentativas conseguidas, na sua época, de resguardar o espírito do interesse público geral.

Hoje, pelas razões apontadas, urge complementar esse regime com um equivalente dedicado à informação que circula pelos computadores que comunicam via internet. De outro modo, veremos a identidade cultural diluir-se no consumo, e não haverá representação do interesse público para além do Estado (através dos governos, das autarquias e dos tribunais). Ou seja, os cidadãos e os seus direitos serão progressivamente fragilizados face aos novos deveres ditados pelas necessidades “informacionais”.

Um dos maiores perigos da globalização (e para a globalização) é o de que ela “pare”, isto é, o de que não interesse aos principais actores aprofundá-la nem jogar na intensificação e complexificação das interacções entre redes de instituições. O perigo consiste em que os principais ganhadores (e impulsionadores) da globalização até ao momento, resolvam conservar as vantagens adquiridas nos espaços mais apetecidos e bonançosos. Criando uma barragem mediática illusória, de aprofundamento da globalização e das sociedades em rede, mas relegando os territórios “mais problemáticos” a um calculado e faseado esquecimento e contenção por meio de adequadas muralhas electrónicas.

As redes incluem e excluem, simultaneamente. As novas muralhas que defendem a ordem económica, política, social, cultural, militar e territorial da globalização são pois formadas por poderosas instituições que geram, analisam, transferem, assimilam, difundem e circulam estes conhecimentos essenciais à sua sustentabilidade, isto é, ao funcionamento eficiente dos mercados que a integram. Abrangem todos os quadrantes cognitivos: do científico e tecnológico ao filosófico, social e humanístico; do das artes e da estética ao da moral e da ética. Mas,

em cada um deles, apenas os conhecimentos comercializáveis são tidos em conta e considerados.

O problema central do século XXI decorrerá provavelmente daqui: as novas muralhas são constituídas por milhões de profissionais e especialistas, organizados numa multidão de empresas e associações, cuidadosamente treinados nas respectivas áreas de competência. Áreas estas que, por sua vez, são inúmeras e em permanente renovação, da segurança e das finanças à navegação aérea, das telecomunicações ao imobiliário, ao turismo e ao lazer.

A tragédia das sociedades contemporâneas avançadas – que é realçada pela hipocrisia dos que afirmam nos media que a culpa dos mais pobres é não quererem trabalhar para serem ricos – é a de assumir arrogantemente como legítima a posse exclusiva da herança cultural que detêm (fruto de uma aprendizagem de séculos das gerações que as antecederam), recusando-se a partilhá-la com outras sociedades menos desenvolvidas. É o querer “travar” rentavelmente a globalização.

Há, pois, que conseguir fazer circular a informação por todas as redes existentes, onde quer que estejam, não importando as tecnologias em que se suportam. As redes não devem servir de veículo adicional de discriminação, para que se não tornem em poderosas fontes de insustentabilidade em relação ao futuro.

As nossas novas redes são tão eficazes que quase nos fazem esquecer o resto do mundo. Precisamos de parar um pouco para reflectir: o futuro poderá ser mais fragmentado ou mais cooperativo; porém, se o desprezarmos com aquela torpe arrogância dos ignorantes, por certo seremos mais cedo ou mais tarde (nós ou os nossos descendentes) arredados com o pé. Serviremos apenas para ser reciclados.

Este livro é um precioso contributo para que pensemos o que há-de vir.